

HUMANOS E NÃO-HUMANOS NO AMBIENTE ACADÊMICO: O DIREITO DE CONVIVER EM HARMONIA COMO PAUTA DA BIOÉTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Marta Luciane Fischer¹

João Carlos de Aquino Almeida²

Resumo: Investigou-se a inserção da temática dos cães comunitários como pauta de deliberação coletiva em instituições de ensino superior, por meio de grupos focais. Apesar das fragilidades apontadas, acadêmicos, servidores e membros da comunidade reconheceram que a presença de cães errantes pode promover a conscientização sobre bem-estar animal e responsabilidade comunitária. Esse cenário representa uma oportunidade para aplicar a Educação Ambiental em sinergia com a bioética ambiental, ampliando reflexões sobre o impacto das interações entre humanos e animais não humanos nos espaços acadêmicos. A institucionalização de políticas como o cão comunitário pode fortalecer essa abordagem, estimulando práticas inclusivas, éticas e sustentáveis.

Palavras-chave: Animais Abandonados; Cão Comunitário; Bem-Estar-Animal; Direito Animal.

Abstract: The inclusion of the issue of community dogs as a topic of collective deliberation in higher education institutions was investigated through focus groups. Despite the weaknesses identified, academics, staff, and the community recognized that the presence of stray dogs can promote awareness about animal welfare and community responsibility. This scenario represents an opportunity to apply environmental education in synergy with environmental bioethics, expanding reflections on the impact of interactions between humans and non-human animals in academic spaces. The institutionalization of policies such as community dogs can strengthen this approach, encouraging more inclusive, ethical, and sustainable practices.

Keywords: Abandoned Animals; Community Dog; Animal Welfare; Animal Rights.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail? Marta.fischer@pucpr.br.
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3200226780923332>

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: jalmeida@uenf.br.
Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3061079332211219>

Introdução

As primeiras instituições de ensino superior (IES) ocidentais rapidamente evoluíram de centros de estudo clerical para espaços de convivência multicultural e multidisciplinar. No Brasil, existem dois modelos de gestão universitária: a centralizada e mais orientada para o mercado, nas privadas; e com forte ênfase na igualdade de acesso à educação, pesquisa e extensão, nas públicas. As IES públicas contemplam uma variedade de atores, incluindo estudantes, professores e representantes governamentais e da comunidade manifestando-se em forma de comitês especialmente atuantes em espaços compartilhados (Suiter; Pacheco, 2020).

A missão educativa e social das IES públicas serve como um laboratório para a gestão de ecossistemas urbanos sustentáveis atendendo ao 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015), bem como promove um modelo para os alunos internalizarem a colaboração e o engajamento socioambiental como ferramentas aplicáveis em todos os contextos da sociedade (Cenci; Fávero, 2008). Adicionalmente, a formação de redes de interação social promove o compartilhamento de ideias, práticas e normas, funcionando como canais através dos quais os esquemas cognitivos compartilhados, desafiados e reforçados, sendo, portanto, fundamentais para a promoção de mudanças na gestão (Suiter; Pacheco, 2020).

As IES geralmente comportam espaços de convívio comunitário em áreas verdes, de modo que a presença de animais, especialmente cães e gatos nos campi é um fenômeno comum ao redor do mundo e pode representar simultaneamente desafios e oportunidades. Em algumas situações, trata-se de animais de estimação de membros da comunidade universitária; em outras, são indivíduos errantes que encontram nos campi abrigo, alimentos, cuidados e atenção. Na Índia nas Universidades de Hyderabad e de Delhi, os cães errantes são alimentados e cuidados por estudantes e funcionários, embora a superpopulação pode causar problemas de saúde pública e segurança (Rahi *et al.* 2022). Da mesma forma, nas IES de Chulalongkorn, Tailândia (Chanachai *et al.*, 2021), da Califórnia e de Washington, nos Estados Unidos, no México (Aguirre, 2015) e África do Sul (Tennent *et al.*, 2010) é comum presenciar cães perambulando pelos campi, sendo implementadas iniciativas de esterilização, cuidado e encaminhamento para adoção.

A presença de cães foi relatada em pelo menos 51 IES brasileiras (Almeida; Fischer; Noci, 2024), sendo considerada um problema de saúde pública, por envolver risco de transmissão de zoonoses, acidentes de trânsito, contaminação ambiental e agressões de ambas as partes (Garcia, 2005). Estudos realizados com alunos que tiveram contato direto com animais errantes revelam a ocorrência de patógenos tais como *Toxoplasma gondii*, *Sporothrix schenckii*, *Staphylococcus aureus*, protozoários, bactérias, helmintos e vírus (Sanchez *et al.*, 2017).

Por outro lado, interações positivas têm sido atestadas, pronunciando as evidências de que ambientes biofílicos afetam positivamente o estado emocional das pessoas e, consequentemente, suas habilidades intelectuais e sociais (Gaekwad *et al.*, 2022; Fischer; Campos; Santos-Junior, 2025). A Biofilia é compreendida como uma conexão inata dos seres humanos os elementos naturais, cuja incipiente pode trazer consequências negativas para a saúde física e mental resultando no transtorno de déficit de natureza (Sandry, 2013). Em IES internacionais e nacionais, têm sido relatados casos de sucesso no engajamento e qualidade da saúde mental na interação com animais de assistência emocional (Pimpão *et al.*, 2024). Essas situações acabam gerando dilemas relativos à necessidade de se buscar um equilíbrio entre acolher beneficamente animais em ambientes universitários e garantir a saúde, segurança e bem-estar da comunidade acadêmica e dos próprios animais.

O convívio de cães e gatos com as civilizações humanas originou-se de uma existência comunitária, contudo o aumento da complexidade das cidades e mudanças nas estruturas de relação com os animais de companhia culminaram na necessidade de restrição da locomoção e da reprodução (Farias *et al.*, 2021). Farias *et al.* (2021) realizaram um amplo levantamento nacional e internacional de projetos e legislações atrelados ao animal comunitário traçando a sinergia com a agenda da bioética ambiental. Partindo da definição de que animais comunitários embora livres são dependentes de cuidados físicos e emocionais da comunidade, a proposta é concebida como uma alternativa para mitigar a superlotação dos abrigos, a impossibilidade de adoção de determinados animais e como uma medida para enfrentar a vulnerabilidade dos cerca de 30 milhões de animais em situação de rua atualmente no Brasil.

A criminalização da crueldade contra os animais encontra respaldo na Constituição Federal (Brasil, 1988), contudo o aprimoramento dos instrumentos legais em prol dos direitos dos animais com a Lei de Crimes Ambientais (Brasil, 1998) e a Lei Sansão (Brasil, 2020) incentivam o enfrentamento dos problemas dos animais abandonados com intervenções éticas como o recolhimento, tratamento e encaminhamento para adoção. Acrescenta-se a essa agenda a proposta do cão comunitário, já oficializada em estados como: São Paulo (2008), Pernambuco (2010), Paraná (2012), Minas Gerais (2016), Sergipe (2017), Mato Grosso (2018), Paraíba (2018) e Manaus (2019), além de outras 11 leis estaduais (Farias *et al.*, 2021).

Diante desta perspectiva, parece plausível que inserir o programa de animais comunitários em IES, especialmente as públicas, constitua-se em um projeto multidimensional coadjuvante em programas oficiais de controle populacional de animais errantes. Contudo há que se considerar os conflitos de interesses entre os gestores e o público acadêmico e comunitário ao assumir esse compromisso. Considerando que os animais compõem o ecossistema universitário, questiona-se se a temática se configura como um problema que deve ser deliberado coletivamente ou como uma oportunidade para desenvolver competências cívicas no convívio com o diferente. Parte-se da hipótese de que a representação do animal é multifatorial e pode ser condicionada pelo papel

social dos atores, o que justifica um espaço de fala/escuta que acolha estudantes, servidores e sociedade. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a percepção e a representação social dos cães comunitários em uma IES pública.

Método

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa-ação participava, de natureza qualitativa e transversal, voltada à busca de soluções práticas para os dilemas propostos, tendo como pergunta norteadora: “Cães comunitários em universidades: é possível viver em harmonia?”. Para tal, foram promovidos três grupos focais virtuais, correspondentes às variáveis do estudo: público externo composto pela sociedade civil, discentes e servidores da IES. Os grupos focais foram realizados como atividade de pré-evento IV Congresso Ibero-americano de Bioética, ocorrido em 7 de novembro de 2022, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Recorte da Pesquisa

A amostra desta pesquisa constitui-se pela comunidade acadêmica e social que frequenta o campus de uma universidade pública localizada no município de Campos dos Goytacazes, no norte do estado do Rio de Janeiro. A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), possui uma área de aproximadamente 441.000 m², situada à margem do Rio Paraíba do Sul (21°04'45"S, 41°01'19"W). O campus central possui uma área de cerca de 900 hectares, sendo composto por uma série de edifícios acadêmicos e áreas verdes, que abrigam uma diversidade de espécies animais, tanto silvestres quanto domésticas. Um levantamento realizado por Peixoto e D'Alessandri (2013) identificou 138 espécies de animais silvestres, com destaque para aves como o canário da terra (*Sicalis flaveola*), a coruja buraqueira (*Athene cunicularia*) e o quero-quero (*Vanellus chilensis*).

Concomitantemente circulam pelo campus animais domésticos, como cães e gatos, que frequentam o espaço acompanhados por seus tutores, além de animais semi-domiciliados provenientes de comunidades periféricas ou abandonados, que ocupam o local de forma esporádica ou permanente. Diariamente, o espaço é compartilhado por estudantes, pesquisadores, técnicos, funcionários e visitantes que participam dos programas e serviços de extensão; que buscam atendimento nas unidades da universidade ou simplesmente frequentam o campus para lazer ou práticas esportivas. O entorno da IES é caracterizado por desigualdades socioeconômicas, violência urbana, problemas de infraestrutura e acesso limitado a serviços básicos de saúde e educação. O campus é margeado pela BR-101, uma das principais vias utilizadas para o transporte de cargas e mercadorias com destino ao Porto do Açu.

Grupos focais

O balizamento da elaboração do percurso metodológico teve como objetivo validar a metodologia dos grupos focais virtuais na promoção de um espaço deliberativo multidisciplinar, voltado à busca de ações mitigadoras para a vulnerabilidade da comunidade acadêmica. O recrutamento dos participantes da pesquisa se deu por meio de convites divulgados em redes sociais, utilizando-se o método bola de neve (Fischer et al., 2022b) incentivando a participação a partir da frase: “É possível convivermos melhor com os cães que circulam na UENF? Venha nos ajudar a pensar em soluções”. Os interessados eram direcionados a um formulário eletrônico no qual deveriam registrar dados como idade, sexo, formação acadêmica, motivadores da participação e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O Percurso Metodológico seguiu a proposta de deliberação coletiva em espaços virtuais de Fischer et al. (2022a) a partir das etapas: a) investigação e provocação do debate; b) codificação do percurso do debate e decodificação dos vetores; c) pensamento crítico sobre o tema e a expectativa de uma convergência de ideias do grupo sob uma perspectiva bioética. Os grupos eram restritos aos inscritos, comportando o número máximo de 20 participantes, realizados em salas virtuais utilizando os aplicativos Zoom e Google Meet.

Os grupos contaram com a participação da jornalista e graduanda de Medicina Veterinária Patricia Vitez que apresentou a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Realeza, Paraná. Foram relatados projetos de extensão realizados durante o período de acolhimento dos cães, o projeto ‘Cãoovívio’, que desenvolvia ações de conscientização com os alunos sobre maus-tratos, comportamento animal, manejo e convivência; e o ‘Cãoodomínio’, por meio do qual foram construídos abrigos e fornecidos alimentos e acompanhamento médico-veterinário aos animais.

Os grupos focais foram conduzidos por três atores: o moderador, o interlocutor e o monitor (Figura 1). O grupo foi iniciado com o moderador lançando a pergunta central da discussão, e em seguida, abrindo a palavra para os participantes se manifestarem, por meio da expressão oral ou pelo chat. Ao longo do debate, a interlocutora construiu um mapa mental organizado nos eixos: potencialidades, fragilidades, senso comum, e princípios e valores, com base nas falas dos participantes (Fischer et al., 2022b). Ao final do debate, o mapa mental foi discutido com o público, proporcionando o desvelamento crítico dos temas e permitindo a construção conjunta e colaborativa.

O conteúdo dos grupos focais foi transcrito e categorizado em categorias (determinadas *a priori*) e subcategorias (determinadas *a posteriori*), validadas por três juízes, que, consensualmente ratificaram, a codificação dos agrupamentos dos vetores segundo a técnica de análise semântica de Bardin (2015). As categorias foram distribuídas entre os vetores: a) Fragilidades: social, institucional técnica e acadêmica; b) Crenças e senso-comum - hereditárias, sociais e individuais; c) Valores - éticos, comportamentais, emocionais e técnicas; d) Potencialidades - éticas, coletiva, conexão e superação.

A pesquisa foi desenvolvida seguindo os preceitos éticos promulgados pela Declaração de Helsinki, pela Resolução CNS 196/96, CNS 466/12 e CNS 510/16, contando com a aprovação do Comitê de ética em pesquisa (CEP), sob o registro CAAE: 48091515.4.0000.0100. O conteúdo do grupo foi transscrito e as gravações serão destruídas assim que o artigo for veiculado, mantendo o compromisso de preservar a autonomia e o anonimato do participante em todas as fases da pesquisa.

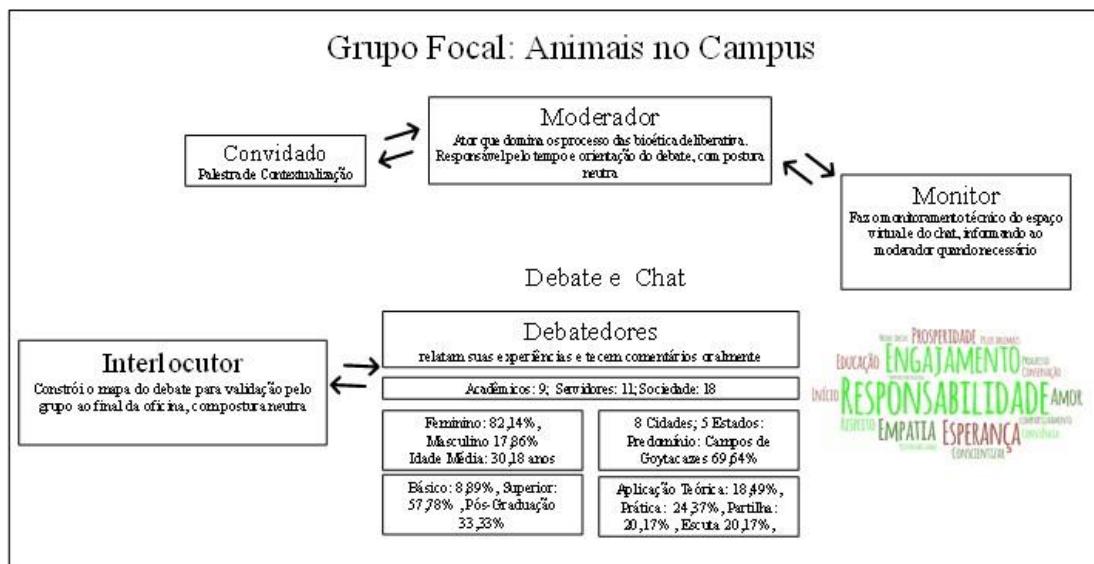


Figura 1: Etapas da pesquisa e caracterização dos participantes inscritos nos grupos focais, incluindo nuvem de palavras representando a percepção dos participantes. **Fonte:** os autores.

Resultados e Discussão

Os grupos focais caracterizaram-se pelo predomínio de expressões relacionadas a valores e potencialidades, em comparação com fragilidades e crenças (Figura 2). Esse resultado corrobora grupos deliberativos que usaram a mesma metodologia sobre cuidados paliativos em animais de companhia (Carvalho; Fischer, 2022) e do enfrentamento da Pandemia Covid-19 por idosos (Fischer *et al.*, 2023), demonstrando um estágio de amadurecimento maior do que questões nas quais prevaleceram as fragilidades como o veganismo (Stramantino *et al.*, 2023) e a proteção animal (Carvalho *et al.*, 2023).

Para resolver a questão dos cães abandonados no campus universitário, é fundamental reconhecer e enfrentar as limitações, denominadas neste artigo como fragilidades, que representam restrições, obstáculos ou dificuldades que retardam a resolução efetiva do problema. Dentre os grupos analisados, os acadêmicos foram os que expressaram mais fragilidades quando comparados com a sociedade e os servidores. Esse resultado sugere que embora os estudantes identifiquem múltiplos condicionantes do problema, não possuem espaço para transpor essas análises em ações transformadoras. A falta de

experiência, perspectiva limitada, foco na identificação de problemas, autoconsciência limitada e incerteza sobre seu próprio potencial podem levar à uma maior concentração nas barreiras e dificuldades do que nas oportunidades. Fischer et al. (2022c) avaliaram a percepção de estudantes de Biologia e Psicologia sobre animais errantes no campus de uma IES privada, abordando a responsabilidade pelo tratamento médico e nutricional dos animais e direcionamento para adoção. Os acadêmicos de Biologia destacaram a castração, aderindo ao teor das campanhas e corroborando a percepção de Catapan et al. (2015) e Brizeno et al. (2018) que reiteram que o conhecimento acadêmico ainda está atrelado ao senso comum, o que compromete a formação de agentes morais conscientes, protagonistas e críticos (Fischer et al., 2022c). Esses resultados reforçam a necessidade de uma orientação adequada e da criação de oportunidades de aprendizagem que transponham as fragilidades em soluções criativas e inovadoras, mobilizando os estudantes para campanhas mais amplas envolvendo ética na relação com os animais, a guarda responsável e o combate ao abandono (Brizeno et al., 2018).

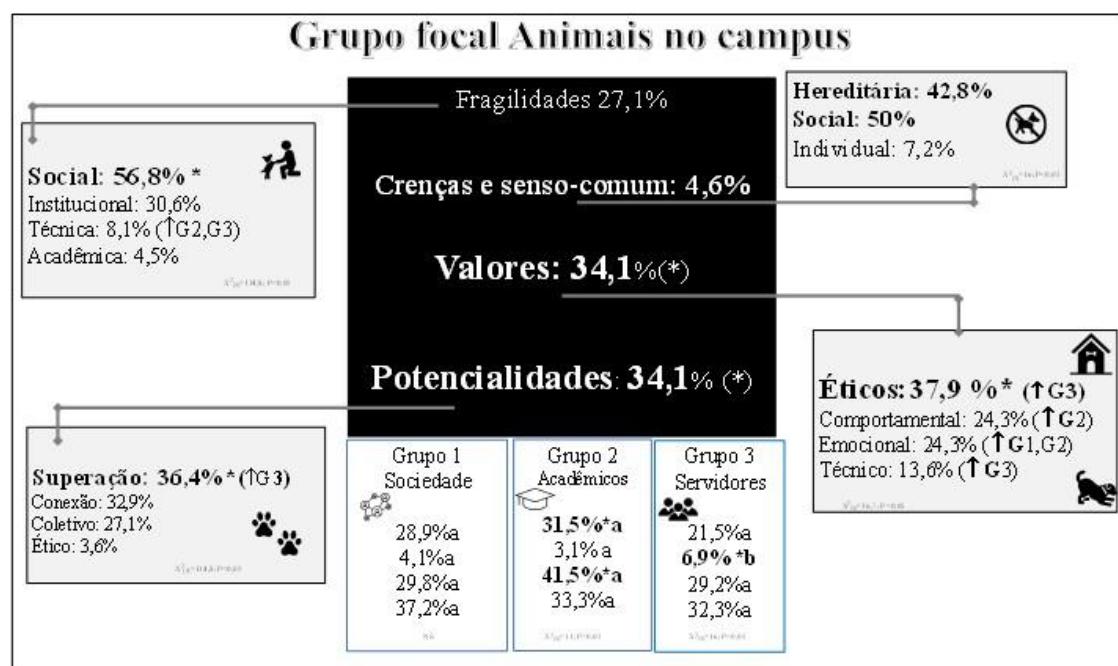


Figura 2: Categorização das fragilidades, crenças, valores e potencialidades identificadas nas falas dos participantes das oficinas. Os valores absolutos foram comparados entre as categorias e entre os grupos, sendo as diferenças significativas acompanhadas de asterisco (*) e letras distintas, respectivamente. **Fonte:** os autores.

Embora as limitações atreladas à presença dos animais no campus possam incluir questões justificáveis, como a escassez de recursos financeiros ou possíveis conflitos de interesse entre os objetivos institucionais, os interesses dos animais e a falta de regulamentações legais, os grupos estudados nesta pesquisa-ação, pontuaram, especialmente, as limitações sociais. Estas foram

Revbea, São Paulo, V. 20, N° 6: 428-448, 2025.

particularmente proeminentes junto aos representantes da sociedade e nos acadêmicos, quando comparados com os servidores, que demonstraram maior percepção de limitações técnicas (Figura 3). Segundo Carvalho *et al.* (2023), o reconhecimento das fragilidades é fundamental para construção coletiva de soluções, a fim de alcançar uma abordagem eficaz e sustentável para lidar com os dilemas relacionados aos cães nos campi universitários.

A dimensão social das fragilidades identificadas envolveu uma representação mais ampla dos animais pela sociedade, que legitima o abandono ou que permite sua livre circulação. Acrescenta-se a esse cenário a presença de pessoas que não gostam de animais e praticam maus-tratos, cuja sinergia com esses fatores torna inoperante a atuação de protetores independentes, do terceiro setor e da gestão pública. Alves *et al.* (2013) realizaram um levantamento do abandono de animais na América Latina, ressaltando os prejuízos para a saúde pública, social, ecológica, econômica e para o bem-estar-animal (BEA). Esses problemas poderiam ser evitados caso a tutela do animal fosse permeada por uma responsabilidade consciente a respeito do comportamento animal, da demanda de espaço físico, da sintonia com estilo de vida e custos de manutenção. A estrutura social contemporânea, somada a condicionantes culturais, legitima as representações do animal de companhia inserido no conceito atual de família multiespécie. Contudo não exime a intervenção do Estado, da Ciência e dos médicos veterinários no contexto de deliberações coletivas a respeito do BEA como um interesse comum (Silva *et al.*, 2016).

Para Fischer *et al.* (2022a), é necessária a reestruturação do papel do animal nas sociedades contemporâneas, cuja relação, muitas vezes, é inserida em uma narrativa de amor, afetividade, inclusão irrestrita ao espaço e orçamento da família, justificada pelo retorno de um amor incondicional. Contudo, o *marketing* ao imputar um valor utilitário e antropocêntrico na mercantilização do amigo ideal, o vulnerabiliza como qualquer mercadoria, à fluidez dos interesses e condicionantes imediatos de satisfação pessoal. Consequentemente, isso impede o estabelecimento de uma relação saudável e o suprimento das necessidades biológicas de animais sociais que almejam cuidar e serem cuidados. Logo, a afetividade que uniu, é rapidamente substituída com a alternativa do abandono, muitas vezes nomeada de “doação”.

Os moradores do entorno da universidade também foram apontados como fragilidade, principalmente em função da vulnerabilidade econômica e do acesso à informação qualificada, uma realidade em IES brasileiras (Curitiba, PR: Fischer *et al.*, 2022c, Recife, PE: Barbieri *et al.*, 2017, Teresópolis, RJ: Mello; Scharfy, 2015). Destaca-se a fala de um participante “[...] a pessoa leva lá para fazer uma cirurgia, não tem jeito ou o tratamento é caro e ele acaba sendo abandonado”.

Na dimensão individual, foi pontuada a possibilidade de algumas pessoas não se sentirem confortáveis próximas a animais, principalmente estranhos, uma conduta de bom senso, tendo em vista o risco de transmissão de zoonoses e

acidentes (Lamounier, 2015), tal como expresso por um participante: “[...] tem gente que se sente às vezes intimidada e incomodada” e “Já presenciei situações que não foram agradáveis de aluno chutando espantando ou até tentando agredir o animal [...]”.

Em um espaço comunitário, especialmente em IES, deve-se respeitar todos seus atores, contudo, não gostar de animais não deve ser confundido com maus-tratos ou agressão. Embora os maus-tratos animais sejam criminalizados no Brasil (Brasil, 1998), isso não impede que ocorram agressões divulgadas na mídia, tais como: arrastar animais com carros, estuprá-los, mantê-los presos sem alimento ou água e abandoná-los em rodovias, enterrá-los vivo ou afogá-los. Há também violações mais sutis, muitas vezes justificadas pela afetividade, como criar dependência emocional, provocar sobre peso, não oferecer espaço para atividades diárias ou companhia, e, extrapolar ou abreviar o período de vida (Carvalho; Fischer, 2022). Para Delabary (2012), os maus-tratos a animais são banalizados devido à sua elevada ocorrência, sendo protegidos por uma cultura que ainda imputa um valor utilitário ao animal e uma soberania do ser humano. Para os autores embora a crueldade explícita, principalmente aquela associada com a relações de poder, seja repulsiva, a omissão é o ato mais preocupante, pois legitima as atitudes que são reverberadas para gerações seguintes.

Os participantes igualmente perceberam a fragilidade social na tentativa de atuação a partir de iniciativas individuais, bem como a saturação do terceiro setor e das protetoras independentes, tal como pontuado “[...] a gente vira um acumulador, um outro problema”. Carvalho *et al.* (2022) caracterizaram a perspectiva da proteção animal demonstrando que o elevado investimento financeiro, de tempo e emocional para cuidar, tratar e redirecionar os animais para adoção não é reconhecido pela sociedade, que julga suas atitudes como exageradas, ao mesmo tempo que cobra sua prontidão em atender as urgências no acolhimento animal. A proteção animal também precisa de maior reconhecimento e apoio do poder público para que possa continuar colaborando com a resolução de um problema urbano.

As fragilidades atreladas à IES foram apontadas mais incisivamente pelos acadêmicos como por exemplo: “a gestão ora deixa, ora não deixa, [...] cada um faz as coisas de acordo com seu interesse pessoal e uns são mais simpáticos à questão animal ou outros não tão simpáticos e fica sem uma continuidade de projeto”, destacando-se entre outras, as questões de falta de interesse e continuidade nas ações, relacionadas às mudanças nos cargos administrativos e decisões arbitrárias (Figura 3): “[...] às vezes tem que alimentar os animais escondido porque tem toda uma questão administrativa que não pode fazer isso”. A indisponibilidade de cuidado e educação promovida pela IES também foi exemplificada: “Eu acho muito vergonhoso dentro da Universidade hoje a gente ter os animais nessas condições tendo um Hospital Veterinário”; “[...] a gente não sabia o que fazer porque não tem um órgão responsável com quem gente possa entrar em contato”. No próprio relato da convidada foram pontuadas ações dos projetos que foram encerradas após decisão monocrática da administração. Isso ressalta a importância do diálogo e da institucionalização de

regras e normas, a fim de garantir a convivência harmoniosa, independente da administração temporal.

Embora aparentemente o interesse no convívio com os animais pareça deter adesão da comunidade, os participantes identificaram como limitações acadêmicas o baixo envolvimento na causa, principalmente à disposição para ajudar. Os servidores se destacaram pela análise técnica das limitações, apontando o impacto da incipiência de informações e o risco de manter os animais errantes no campus tais como os exemplos: “[...] um professor lá do CBB que já relatou que o cão avançou nele latiu para ele”; “[...] a maioria das pessoas nem lembra de zoonoses na hora que entra em contato com o cão”; “[...] a questão aqui é de que como que a gente cuida desses animais e o campus não vira um centro de depósito de animais”; “[...] o cão errante não quer ficar perto dos alunos porque ele tem medo, se ameaçado vai ser agressivo e esse é um problema sério”.

A transformação das fragilidades em potencialidades para resolver um problema é restringida pelo ancoramento proporcionado pelas crenças e pelo senso comum (Fischer *et al.*, 2022b). Na presente pesquisa, as crenças hereditárias e sociais foram pronunciadas, com destaque para “o Hospital Veterinário vacinou todos os cachorros que estão dentro do campus [...] não tem problema mexer com ele”. Em muitas IES a intervenção da Medicina Veterinária busca atender as demandas da Saúde Única e sua abordagem colaborativa e holística, envolvendo programas de vigilância epidemiológica, educação em saúde pública, manejo adequado de animais errantes e preservação do ambiente natural (Mello; Scharfy, 2015). Contudo, na maioria das vezes não consegue dar conta de todas as demandas devido uma restrição orçamentária. A crença de “[...] abandonar na universidade é seguro, pois irão cuidar dos animais” pode se constituir em um estímulo à concepção de que se está, pelo menos uma última vez, cometendo um ato de cuidado.

Os valores e princípios éticos pessoais e coletivos mobilizados são os balizadores das decisões; logo, sua consonância com o bem comum conduz a potencialidades de transformar uma realidade fragilizada (Fischer *et al.*, 2022b). No presente estudo, os valores emocionais e éticos foram preponderantes, destacando-se o respeito, individualidade, bem-estar, responsabilidade e amor aos animais. Valores que refletem e complementam os comportamentais, como alimentar, castrar, doar e atribuir uma identidade, importantes no reconhecimento da alteridade dos animais não humanos.

A análise das potencialidades mostrou que, apesar do grau de complexidade dos dilemas bioéticos levantados nas oficinas, a comunidade percebe possíveis soluções que podem emergir dela própria. Potencialidades de superação como mobilização, engajamento, monitoramento e capacitação merecem destaque. Bem como, as potencialidades coletivas que buscam o compartilhamento de responsabilidades e o envolvimento institucional. Valores de conexão foram também identificados, com proposições relacionadas a ações de Educação Ambiental, extensão, formação de redes de apoio, contato com a

comunidades, e talvez a mais importante: reconhecer os animais não humanos que habitam o campus como membros da comunidade universitária.

A gestão de animais comunitários é complexa e demanda uma rede de apoio. Santos (2020) destacou o fortalecimento do conceito de Saúde Única e da Medicina Veterinária do Coletivo, que agrupa no valor ao trabalho em prol da saúde humana, animal e ambiental. Contudo, também foi ressaltada a responsabilidade do Poder Público, que deve reconhecer e viabilizar o trabalho do terceiro setor, dos protetores e dos voluntários. A realidade dos abrigos brasileiros reflete acúmulo de animais com baixo grau de BEA, e a baixa qualidade de vida dos protetores sustenta a proposta de programas de extensão universitária.

O presente estudo sustenta a hipótese de que os cães comunitários possuem potencial de congregar elementos que agregam valor à comunidade, uma vez que cuidar dos animais vai além do simples ato de fornecer alimento ou cuidados de saúde, pois demanda conexões e ações em prol de um objetivo comum (Farias *et al.*, 2021). As falas dos participantes ilustram o pertencimento dos animais ao campus, tal como: “[...] o tempo inteiro que eu estava fazendo aula o cachorro estava lá, não atrapalhou em nada e os alunos gostam”; “[...] é também uma forma de os alunos relaxarem”; “[...] só vejo gente fazendo carinho e dividindo a comida do restaurante universitário”.

As falas agregam aos objetivos de programas de inserção de cães de apoio emocional no ambiente universitário, validadas por instituições nacionais (Pimpão *et al.*, 2024) e internacionais (Wood *et al.*, 2018). O papel dos cães como catalisadores de conexão social proporciona alívio do estresse, bem-estar emocional, um ambiente acolhedor e descontraído, além de ser uma ferramenta educacional e de conscientização sobre inúmeras questões ambientais e sociais (Pimpão *et al.*, 2024). Embora esses animais sejam de raças específicas e treinados, acabam por exercer uma função análoga à do cão comunitário, tal como expresso na fala “[...] o ambiente universitário é meio a árido, né?. às vezes você chega lá e um aluno lá tá com caderno do lado e fazendo carinho no cachorro”.

Os animais comunitários constituem-se como uma cola social, capaz de unir as pessoas e fomentar o senso de comunidade (Farias *et al.*, 2021). Em 2013, a prefeitura de Curitiba iniciou um projeto de cadastramento de cães com perfil comunitário presentes em terminais de ônibus e parques da cidade, reconhecendo-os como uma ferramenta de manejo populacional que estabelece laços de dependência o com a comunidade, embora não possuam responsável único e definitivo (Yamakawa, 2015). Segundo Chicoski *et al.* (2017), em 80% dos terminais que possuíam cães comunitários foram atestadas boas condições de BEA e uma relação afetiva como os mantenedores, corroborando dados de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, cujos animais presentes em órgãos públicos ou nos bairros demandam aprimoramento apenas na questão do abrigo (Pereira *et al.*, 2017). Por outro lado, Serrano *et al.* (2019) para cães e gatos presentes na Universidade Federal Fluminense e Almeida

(2019) para gatos do Aterro do Flamengo, ambos no Rio de Janeiro, embora tenham constatado a presença de cuidadores, identificaram baixas condições de BEA, conclamando uma atuação mais presente do poder público. Brandão *et al.* (2015) ressaltaram que o sucesso do programa em Curitiba decorreu da adesão da população, coadjuvante com uma política favorável à promoção de uma saúde global.

A conexão dos animais comunitários com a bioética e a Educação Ambiental, segundo Farias *et al.* (2021), está em considerar que para o animal uma vida errante, sem garantia de alimentos, abrigos e cuidados veterinários é um risco; por outro lado, para outros animais subtraírem-lhes a liberdade também pode comprometer seu BEA. Além disso a rotina acelerada, o pequeno espaço das residências e o custo de vida elevado podem potencializar as chances de abandono e destituir do cidadão da chance de vivenciar a interação com um animal. Um animal comunitário, seja em um condomínio, comércio ou órgão público pode trazer a oportunidade de aprimoramento de valores éticos biocêntricos e funcionar como uma cola que une as pessoas em prol de um objetivo comum favorecendo decisões coletivas.

Os cães comunitários em ambientes universitários reiteram o valor da autonomia, transpõem a ideia de confiná-los em abrigos oferecem uma alternativa de cuidado digno a animais indesejáveis para adoção, tal como expresso “[...] às vezes eles não são adotados, mas são os típicos cães comunitários que todo mundo ali cuida, gosta, brinca, alimenta”. Valores essenciais, como o cuidado e o respeito pelos animais e a identidade que lhes é conferida ao receberem um nome, promovem o fortalecimento dos laços com a comunidade, que podem ser explorados nas redes sociais para compartilhar suas histórias, promover sua adoção e construir uma identidade coletiva, inclusive elegendo mascotes para universidade que promovam o engajamento em outras iniciativas (Almeida, Fischer, Noce, 2024). Essas práticas não apenas beneficiam os animais, mas também oferecem oportunidades educacionais valiosas, como a Educação Ambiental para a cidadania e o cuidado animal. Os participantes vislumbram na educação uma ferramenta efetiva: “[...] eu ainda acredito que a gente resolve as coisas pela educação e a educação das pessoas, a educação dos membros da comunidade dentro da universidade, educação das pessoas ao redor”.

A gestão participativa é igualmente um desafio e uma oportunidade para os estudantes compreenderem e influenciarem a administração pública. A imposição arbitrária de proibir a alimentação dos animais, a instalação de câmeras para punir aqueles que abandonam animais com base na legislação, e a falta de continuidade de programas, representam uma chance de abordar questões sociais e envolver as comunidades locais em soluções colaborativas, criativas e transformadoras (Bastos *et al.*, 2024). A universidade pode ser tomada como uma minicidade onde os gestores agem conforme interesses pessoais, evidenciando a necessidade de mudança para transformar não só a IES, mas também a sociedade. Reconhecer os animais comunitários como parte desse ambiente é essencial, oferecendo-lhes cuidados adequados e vendo

neles uma oportunidade de fortalecer a comunidade acadêmica (Almeida; Fischer; Noce, 2024). É uma causa política e social que requer envolvimento de todos, incluindo políticos e a comunidade. Despertar para o problema e incluí-lo na busca por soluções é crucial, evitando não só a acumulação irresponsável de animais, mas também repensando a forma como se encara a responsabilidade como cidadãos.

A proposta de projetos de extensão envolvendo uma Educação Ambiental que congregue diversas áreas acadêmicas e setores da sociedade para lidar com questões relacionadas aos animais abandonados, contribui para a educação para a cidadania e destaca que essa problemática vai além de uma resposta individual. Como exposto por um participante “cuidar dos animais não é só dar ração e água é você cuidar da saúde dele[...]” e “cadastrar os animais quer dizer um trabalho a longo prazo”.

No contexto das IES, os cães comunitários representam um desafio e uma oportunidade. Embora as iniciativas individuais sejam limitadas e insustentáveis e, principalmente, o estigma associado aos protetores de animais (Carvalho *et al.*, 2023), reconhece-se a importância de acolher diferentes perspectivas, inclusive daqueles que não gostam de animais, construindo um ambiente inclusivo que possibilite a resolução criativa desses desafios. Os participantes desta pesquisa legitimam projetos integrados, como exemplificado na fala: “[...] Talvez um projeto de extensão e parceria com Hospital Veterinário que vise oferecer acolhimento. Esses animais castração, cuidado, com o objetivo final de encontrar adotantes”. Bastos *et al.* (2024) ressaltaram o comprometimento das IES propondo ações como criação de comissão de cuidado animal, fundo de assistência veterinária, plataforma virtual de acompanhamento, programa de voluntariado estudantil, integração dos cursos, campanhas em eventos, conscientização e educação, parceria com protetores, parceria com órgãos públicos para castração e exames, e o engajamento do setor privado.

Considerações finais

Os dados do presente estudo obtidos a partir do recorte metodológico proposto, atestaram que a presença de cães errantes em IES pública é um tema de interesse para o público acadêmico, servidores e comunidade. A percepção de fragilidades e potencialidades mostrou-se condicionada ao papel de cada grupo, confirmando a hipótese da pesquisa. O espaço de escuta e fala foi validado como uma ferramenta eficaz para implementação de intervenções de Educação Ambiental e agregação de perspectivas multidisciplinares na identificação dos problemas e na construção coletiva na busca por soluções que visam atender a um objetivo comum: o convívio em harmonia.

A demanda por espaços de deliberação coletiva se evidencia como uma necessidade concreta nas IES, como expressa a fala de uma participante “[...] estava esperando que a gente pudesse ter realmente dentro da Universidade um momento ou alguns momentos para iniciar essa conversa”. A institucionalização

de projetos construídos colaborativamente ultrapassa a problemática específica discutida nesse artigo. A partir de uma estrutura funcional, temas de interesse de cada realidade local podem ser transformados de limitações em potenciais inovadores, mediante o reconhecendo as crenças que restringem e dos valores que impulsionam.

Para garantir a efetividade e continuidade dos projetos de extensão voltados a animais comunitários, é fundamental que as IES desenvolvam políticas institucionais claras, pertinentes e independentes de mudanças administrativas. A colaboração com o setor privado pode representar uma importante fonte de recursos e apoio logístico, potencializando as ações. Também é necessária a implementação de mecanismos contínuos de monitoramento e avaliação de impacto, assegurando que as práticas adotadas estejam alinhadas com os objetivos de BEA e permitindo ajustes quando necessário. A conscientização sobre a adoção responsável e a Educação Ambiental deve ser incorporada ao projeto, promovendo uma mudança cultural mais ampla no tratamento dos animais. Essas iniciativas não só garantem o sucesso do programa como também o expandem para envolver diferentes esferas da sociedade.

A partir da análise das percepções e representações multidisciplinares de animais errantes em uma IES, torna-se plausível considerar um projeto de extensão que articule a Educação Ambiental e os cães comunitários representa uma proposta viável e desejável. O envolvimento da comunidade acadêmica e social em torno de um problema compartilhada, com o valor do BEA como eixo central constitui uma oportunidade de crescimento coletivo. Além de contribuir para as políticas públicas de controle populacional de animais errantes e com o terceiro setor no resgate, recuperação e adoção, o projeto pode extrapolar esses objetivos. Há potencial para abordar criticamente temas como a adoção impulsiva, as condições emocionais, físicas e financeiras necessárias para à guarda responsável e para oferecer apoio para tutores em conflito, contribuindo para evitar o abandono como a única alternativa. Ao fazê-lo, estimula-se a confluência das áreas dos saberes que atualmente discutem questões éticas, biológicas e legais na relação da humanidade com os animais não humanos.

A institucionalização do cão comunitário em um programa de extensão, além de atender às diretrizes educacionais que exigem a formalização da extensão no ensino superior, promove o trabalho interprofissional entre os diversos cursos de graduação. O projeto possui potencial para o desenvolvimento de competências múltiplas, desde a gestão econômica e administrativa de abrigos temporários e dos cuidados com os animais comunitários até habilidades ligadas à assistência médico-veterinária e ao comportamento animal. Pode, ainda, estimular propostas inovadoras de monitoramento de adoções e ações de Educação Ambiental voltadas à comunidade acadêmica e ao público externo. Dado que problemas comportamentais são a principal causa do abandono de animais, o projeto pode atuar diretamente na capacitação de estudantes em adestramento, reabilitação de animais resgatados e adaptação no novo lar, contribuindo de forma concreta

para a redução do abandono. Se, em vez de serem vistas como locais seguros para o descarte de animais, as IES passarem a ser reconhecidas como espaços de apoio e mediação para melhorar a comunicação entre tutores e seus animais, será possível promover uma convivência mais ética e harmoniosa entre humanos e animais não humanos.

Agradecimentos

Aos atores e participantes dos grupos focais, à administração da UENF que apoiou às ações do projeto, aos estudantes, professores, servidores e comunidade por partilharem suas perspectivas e a Barbara Della Noce. À Fundação Araucária FA/SETI-PR pela bolsa produtividade.

Referências

- AGUIRRE, Carlos. **La ciudad y los perros**. Biografía de una novela. Fondo Editorial de la PUCP, 2015.
- ALMEIDA, João Aquino; FISCHER, Marta Luciane; NOCE, Barbara Della. História de uma intervenção bioética. In: **Viver em harmonia**: sobre o convívio de humanos e não-humanos nas universidades. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12UGARJ3rJ9v1WUgTySdVkl7YHoQrLEZi/view>. Acesso em: 25 set. 2024.
- ALMEIDA, Juliana Ferreira. Bem-estar de gatos comunitários do parque do flamengo. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 2, n. 4, p. 1191-1200, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/2575/2581>. Acesso em: 19 set. 2024.
- ALVES, Ana Julia; GUILLOUX, Aline; ZETUN, Carolina; Polo, Gina; Braga, Guilherme; PANACHÃO, Ligia; SANTOS, Oswaldo; DIAS, Ricardo. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 11, n. 2, p. 34-41, 2013. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/16221>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BARBIERI, Larissa S., TAVARES, Maria Helena B; dos SANTOS, T. O., MOURA, R. T. D. Levantamento de zoonoses em comunidades carentes circunvizinhas à Universidade Federal Rural De Pernambuco, Recife, PE. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 1, p. 72-72, 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/36803>. Acesso em: 19 set. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2015

BASTOS, Rosemary; BERNADO, Marcelo M.; Gonçalves, Joan PP; LIMA, Malony t.; SANTOS, Breno AV; AZEVEDO, Daniela, M. Ações integrativas para melhorar a qualidade de vida dos animais comunitários no campus da UENF. In: **Viver em harmonia:** sobre o convívio de humanos e não-humanos nas universidades. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12UGARJ3rJ9v1WUqTySdVkL7YHoQrLEZi/view>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRANDÃO, Ana Perola; FERREIRA, Fernando; RIBEIRO, Helena; BIONDO, Alexandre. Projeto cão comunitário inserido no contexto da saúde global. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 2, p. 86-86, 2015. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28214>. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Lei no 14.064/2020. **Lei Sansão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm#art2. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Lei no 9.605/1998. **Lei de crimes ambientais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/cci-vil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRIZENO, Mayza Costa; LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araujo; BASSOLI, Ariene Cristina Dias Guimarães. Convivência com gatos em ambientes urbanos: percepção de estudantes de Ciências Biológicas. 2018. **Revista Latino-americana de direitos da natureza e dos animais**, v. 1, n. 2, p. 22-44. 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/ispui/handle/riufcg/33702>. Acesso em: 19 set. 2024.

CARVALHO, Patricia Feiz Nardinelli; FARIA, Marina Kobai ; FISCHER, Marta Luciane. Perspectivas e desafios da proteção animal: o papel da bioética em espaços deliberativos remotos na mitigação de vulnerabilidades. In: ALMEIDA João Aquino; CABRAL Hildeliz; RIBEIRO Patricia; MOREIRA Raquel (org.). **Bioética em Debate: Saúde, Direito e Dignidade em interesses**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2023, v. 2, p. 130-147.

CARVALHO, Patricia Feiz Nardinelli; FISCHER, Marta Luciane. Eutanásia ou Cuidados Paliativos?: critérios para deliberação na perspectiva de tutores, protetores e médicos veterinários. **Revista Inclusiones** v.9 , n.3, p. 41-84, 2022. DOI: <https://doi.org/10.58210/fprc3376>. Disponível em: critérios para deliberação na perspectiva de tutores, protetores e médicos veterinários. Acesso em: 3 abr. 2025.

CATAPAN, Darieane Cristina, VILLANOVA-JUNIOR, José; WEBER, Saulo; MANGRICH, Rita; SZCZYPKOVSKI, Aron; CATAPAN, Anderson; PIMPÃO, Claudia Turra. Percepção e atitudes de amostra populacional sobre guarda responsável, zoonoses e cães em vias públicas. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 22, n. 2, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/rbcv.2015.358>. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180602041904id_/http://doi.editoracubo.com.br/1.4322/rbcv.2015.358. Acesso em: 3 abr. 2025.

CENCI, Angelo Vitório; FÁVERO, Altair Alberto. Notas sobre o papel da formação humanística na universidade. **Revista Pragmatéia Filosófica**-v.2., p.1-8, 2008. Disponível em: <https://www.nuep.org.br/site/images/pdf/rev-pragmateia-v2-n1-out-2008-notas-sobre-o-papel.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

CHANACHAI, Karon; WONGPHRUKSASOONG, Vilaiporn; VOS, Ad; LEELAHAPONGSATHON, Kanduda; TANGWANGVIVAT, Ratanaporn; SAGARASAERANEE, Onpawee; ... KASEMSUWAN, Suwicha. Feasibility and effectiveness studies with oral vaccination of free-roaming dogs against rabies in Thailand. **Viruses**, v. 13, n. 4, p. 571, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/v13040571>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1999-4915/13/4/571>. Acesso em: 3 abr. 2025.

CHICOSKI, Larissa; CONSTANTINO, Caroline.; BIONDO, Alexandre W. Monitoramento de bem-estar de cães comunitários residentes em terminais de ônibus no município de Curitiba, estado do Paraná, Brasil, e avaliação da percepção do seu mantenedor. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 3, p. 66-66, 2017. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/37652>. Acesso em: 19 set. 2024.

DELABARY, Barési Freitas. Aspectos que influenciam os maus tratos contra animais no meio urbano. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, v. 5, n. 5, p. 835-840, 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/270299800>. Acesso em: 19 set. 2024.

FARIAS, Marina Kobai, CARVALHO, Patricia, Feiz Nardienelli, COSTA, Rafaela; PALUDO, Evelyne, FISCHER, Marta Luciane. Os cães comunitários na pauta da bioética ambiental. In ROSANELI, Caroline; FISCHER, Marta Luciane **Bioética, Saúde Global e Meio Ambiente**. Curitiba:CRV, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1OEPzS1-blXFu-qyhP0axZMaxf4b3ToUe/view>. Acesso em: 19 set. 2024.

FISCHER, Marta Luciane; CAMPOS, Ana Carolina; DOS SANTOS JUNIOR, Robiran José. Educação Ambiental para a coexistência: superando a biofobia para um futuro sustentável. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 30, n. 1, p. 1-25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.63595/ambeduc.v30i1.17978>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/17978>. Acesso em: 7 ago. 2025.

FISCHER, Marta L.; CARVALHO, Patricia F. N. B., CARNEIRO, Jaqueline K.; PIMPÃO, Claudia T. Humanização dos animais de companhia: por uma Educação Ambiental animalitária. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 4, p. 35-56, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2022.v17.13881>. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13881>. Acesso em: 19 set. 2024.

FISCHER, Marta Luciane, ROSANELI, Caronile Filla; FARIA, Marina Kobai ; MARTINS, Gerson. E-caminho do diálogo: ambientes virtuais como espaço coletivo de construção ética. **Revista Bioética**, v. 30, n. 2, p. 258-271, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422022302523PT>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/Sb9TLX9VLLYdgMHM34rXqvk/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

FISCHER, Marta Luciane; ROSANELI, Caroline Filla; MARTINS, Gerson. O novo velho normal: o futuro da sociedade na perspectiva dos 60+ ? reflexos da pandemia Covid-19 na sua inclusão social. **Análise Social**, v. 246, p. 32-52, 2023. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27204653>. Acesso em: 19 set. 2024.

FISCHER, Marta Luciane; ZANATTA, Amanda Amorin; MOSER, Ana Maria. Avaliação da percepção e moralidade de universitários diante dos fenômenos “cães abandonados” e “acumuladores de animais”. **Psicologia Argumento**, v. 4, p. 1994-2023, 2022c. DOI: <https://doi.org/10.7213/psicolargum.40.110.AO01>. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/27579>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GAEKWAD, Jason S; MOSLEHIAN, Anahita S.; ROOS, Philip B.; WALKER, Arlene. A meta-analysis of emotional evidence for the biophilia hypothesis and implications for biophilic design. **Frontiers in Psychology**, v. 13, p. 750245, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.750245>. Disponível em: https://www.frontiersin.org/journals/psychology/articles/10.3389/fpsyg.2022.750245/full?trk=public_post_comment-text. Acesso em: 3 abr. 2025.

GARCIA, Rita de Cassia. Controle de populações de cães e gatos em área urbana: uma experiência inovadora na Grande São Paulo. **Saúde Coletiva**, v. 2, n. 5, p. 24-28, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/842/84220707005.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

LAMOUNIER, Allysson; BOTTON Camila; REIS Fernanda; MAGALHÃES, Tais. Controle populacional dos cães presentes nos câmpus da PUC Minas-região metropolitana de Belo Horizonte. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 3, p. 64-64, 2015. Disponível em: <https://www.revistavez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28894>. Acesso em: 19 set. 2024.

MANAUS. Lei 4957/201. Disponível em:
<https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/10604/4957.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

MATO GROSSO. Lei 10.740/2018. Disponível em:
<https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei-10740-2018>. Acesso em: 19 set. 2024.

MELLO, Maria Leonora Veras; SCHARFY, Beatriz Miloski. Educação em saúde na prevenção de zoonoses de cães e gatos das comunidades no entorno da Faculdade De Medicina Veterinária UNIFESO, utilizando métodos naturais. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 3, p. 79-79, 2015. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28934>. Acesso em: 19 set. 2024.

MINAS GERAIS. Lei 21.970./2016. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-21970-2016>. Acesso em: 19 set. 2024.

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2015. Disponível em:
<https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

PARÁIBA. Lei 11.140/2018. Disponível em:
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361016>. Acesso em: 19 set. 2024.

PARANÁ. Lei 17.422/2012. Disponível em:
http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=35244&-tipo=L&tplei=0. Acesso em: 19 set. 2024..

PEIXOTO, Thais; D'ALESSANDRI, Fluvia. **Ciência UENF**: Campus da UENF é refúgio para espécies. Disponível em:
<http://uenfcienzia.blogspot.com/2013/05/campus-da-uenf-e-refugio-para-especies.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

PEREIRA, Érico F. L.; CONSTANTINO, Caroline; MARCONCIN, S.; BIONDO, Alexandre. Avaliação do grau de bem-estar dos cães comunitários do município de Pinhais, estado do Paraná, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 1, p. 88-88, 2017. Disponível em:
<https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/36874>. Acesso em: 19 set. 2024.

PERNAMBUCO. Lei 17.422/2012. Disponível em:
<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=788>. Acesso em: 19 set. 2024.

PIMPÃO, Claudia Turra; Marçal, Leila; Martins, Maria Natalia; Wisneski, Rafael F.; Silva, Celia C. Cães como agentes facilitadores em intervenções terapêuticas, educacionais ou recreação. In: **Viver em harmonia**: sobre o convívio de humanos e não-humanos nas universidades. Curitiba: CRV, 2024. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/12UGARJ3rJ9v1WUqTySdVkl7YHoQrLEZi/view>. Acesso em: 25 set. 2024.

RAHI, Manju; JOY, Sam; BHARGAVA, Balram. Towards dog-free hospital campuses in India. **Indian Journal of Medical Research**, v. 156, n. 4&5, p. 573-578, 2022. DOI: https://doi.org/10.4103/ijmr.ijmr_1748_22. Disponível em: https://journals.lww.com/ijmr/fulltext/2022/10000/towards_dog_free_hospital_campuses_in_india.3.aspx. Acesso em: 3 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO. **Lei 4.956/2008**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2008/495/4956/lei-ordinaria-n-4956-2008>. Acesso em: 19 set. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei 13.193/2009**. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANCHEZ, Antonio, PRATS-VAN DER HAM, Miranda; TATAY-DUALDE, Juan; PATERNA, Ana; DE LA FE, Chistian; GOMEZ-MARTIN, Angel, CONTRERAS, Antonio. Zoonoses in veterinary students: a systematic review of the literature. **PLoS One**, v. 12, n. 1, p. e0169534, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0169534>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0169534>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SANDRY, Narinda. Nature deficit disorder. Educating young children: **Learning and teaching in the early childhood years**, v. 19, n. 2, p. 32-34, 2013. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/abs/10.3316/INFORMAT.611070848427545>. Acesso em: 25 set. 2024.

SANTA CATARINA. **Lei 12.854/2003**. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854_2003 Lei.html. Acesso em: 27 fev. 2021.

SANTOS, Rafaela de Souza Barbosa, MENDES, Danielle, C; CONCEIÇÃO< Leandro H C.; MELLO, Maria L.V.; MARTINS< André V. . Saúde Única nas atividades de campo com estudantes da Faculdade De Medicina Veterinária Do Unifeso. **Revista da JOPIC**, v. 3, n. 7, 2020. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/jopic/article/view/2024>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SÃO PAULO. **Lei 12.916/2008**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-1291616.04.2008.html>. Acesso em: 19 set. 2024.

SERGIPE. **Lei 8.366/2017**. Disponível em: <https://al.se.leg.br/legislacao/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SERRANO, Gean Phillippe Joaquim; DE ALMEIDA, Juliana Ferreira. Cães e gatos abandonados em campi universitários. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 2, n. 4, p. 1242-1250, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/2581>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Ana Julia; GUILLOUX, Aline G. A.; ZETUN, Carolina B.; POLO, Gina; BRAGA, Guilherme B.; PANACHÃO, Ligia; Santos, Oswaldo; DIAS, Ricardo. A. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 11, n. 2, p. 34-41, 2013. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/16221>. Acesso em: 25 set. 2024.

STRAMANTINO, Jaqueline ; GANG, Jéssica; FISCHER, Marta Luciane. Debate sobre o veganismo em espaços de deliberação virtual: uma análise bioética. In: ALMEIDA, João Aquino; CABRAL Hiddeliz; RIBEIRO Patricia; MOREIRA Raquel (org.). **Bioética em Debate: Saúde, Direito e Dignidade em interesses**. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora, 2023, v. 2, p. 14-29.

SUTER, Daniel; PACHECO, Andressa Sasaki Vasques. Sistema colaborativo no ensino superior público. **P2P e Inovação**, v. 7, n. 1, p. 38-49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v7n1.p38-49>. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/4653>. Acesso em: 3 abr. 2025.

TENNENT, Jaclyn. DOWNS, Colleen T.; WALD, Downs M.; WATSON, Helen K. Public perceptions of feral cats within an urban conservancy on a campus of the University of KwaZulu-Natal. South African **Journal of Wildlife Research**, v. 40, n. 1, p. 16-26, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10520/EJC117337>. Acesso em: 25 set. 2024.

WOOD, Emily; OHLSEN, Sally; THOMPSON, Jenifer; HULIN, Joe; KNOWLES, Louise. The feasibility of brief dog-assisted therapy on university students stress levels: The PAwS study. **Journal of Mental Health**, v. 27, n. 3, p. 263-268, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/09638237.2017.1385737>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09638237.2017.1385737>. Acesso em: 3 abr. 2025.

YAMAKAWA, Ana Carolina; RÜNCOS, Larissa; CONSTANTINO, Caroline; BIONDO, Alexandre. Monitoramento de cães com perfil de comunitário-Curitiba/PR. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 13, n. 2, p. 86-86, 2015. Disponível em: <https://www.revistamvez-crmvsp.com.br/index.php/recmvz/article/view/28213>. Acesso em: 19 set. 2024.